

**A IMPORTÂNCIA DO AUXILIAR DE APOIO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO  
INFANTIL.  
THE IMPORTANCE OF SCHOOL SUPPORT ASSISTANT IN EARLY  
EDUCATION.**

---

**Luiza Helena Oliveira Moreira**

Graduanda do Curso de Pedagogia do Centro Universitário São José

**Márcia Maria Ferreira dos Santos**

Professora Assistente do Curso de Pedagogia do Centro Universitário São José, Coordenadora de Área do PIBID, Bacharel em Comunicação Social/UGF, Licenciada em Pedagogia/SIMONSEN e Professora Mestre em Educação/UERJ

## RESUMO

O presente artigo apresenta como tema a importância do auxiliar de apoio escolar na educação infantil, relatando experiências reais e buscando relatar a necessidade de um auxiliar de apoio escolar, mesmo na etapa da educação infantil. Apontando como questão norteadora, até que ponto existe uma parceria entre professor e o auxiliar de apoio escolar. Existe igualdade entre a rede pública e particular no direito a mediação? Como objetivo geral, buscou-se investigar a importância do auxiliar de apoio escolar para a inclusão das crianças da educação infantil e como objetivos específicos, descrever o papel do auxiliar de apoio escolar; analisar a relação de parceria entre professor regente e auxiliar de apoio escolar; investigar, em uma amostragem restrita, o quantitativo de crianças que possuem um auxiliar de apoio escolar em escolas públicas e particulares em 3 escolas situadas na zona oeste da Cidade do Rio de Janeiro; apontar a diferença de atendimento, entre escolas públicas e particulares, em relação ao direito do aluno à mediação, buscando a visão de diferentes partes das instituições. A fundamentação teórica baseou-se nos seguintes autores: Augusto Cury (2005), Maria Teresa Égler (2003) e Valdelucia Costa (2010). Durante a metodologia deste artigo, investigou-se, em uma pequena amostra, o quantitativo de crianças que possuem um auxiliar de apoio escolar em escolas públicas e particulares em 3 escolas situadas na zona oeste da Cidade do Rio de Janeiro e apontou-se a diferença de atendimento entre escolas públicas e particulares, em relação ao direito do aluno a mediação, buscando a visão de diferentes partes das instituições, através de entrevista com três auxiliares de apoio escolar, de ambas as redes, pública e particular, através da realidade da profissional e as experiências vividas com seus respectivos estudantes. A intenção foi mostrar a realidade, com o intuito de transmitir informações e atingir uma melhoria na área.

**Palavras-chave:** auxiliar de apoio escolar, mediação, inclusão.

## ABSTRACT

This article presents as its theme the importance of school support assistants in early childhood education, reporting real experiences and seeking to report the need for a school support assistant, even at the early childhood education stage. Pointing out as a guiding question, the extent to which there is a partnership between the teacher and the school support assistant. Is there equality between the public and private networks in the right to mediation? As a general objective, we sought to investigate the importance of the mediator for the inclusion of children in early childhood education and as specific objectives, to describe the role of the school support assistant; analyze the partnership relationship between the leading teacher and school support assistant; investigate, in a restricted sample, the number of children who have a school support assistant in public and private schools in 3 schools located in the west zone of the City of Rio de Janeiro; point out the difference in service, between public and private schools, in relation to the student's right to mediation, seeking the vision of different parts of the institutions. The theoretical foundation was based on the following authors: Augusto Cury (2005), Maria Teresa Égler (2003) and Valdelucia Costa (2010). During the methodology of this article, we investigated, in a small sample, the number of children who have a school support assistant in public and private schools in 3 schools located in the west zone of the City of Rio de Janeiro and the difference was pointed out service between public and private schools, in relation to the student's right to mediation, seeking the vision of different parts of the institutions, through interviews with three school support assistants, from both public and private networks, through the reality of the professional and the experiences lived with their respective students. The intention was to show reality, with the aim of transmitting information and achieving improvement in the area.

**Keywords:** school support assistant, mediation, inclusion.

## INTRODUÇÃO

Em tempos em que a inclusão se faz necessária, algumas indagações despontam quando trata-se do trabalho de INCLUIR. Aspectos referentes a adaptação escolar (pedagógica e física), formação continuada da equipe docente, parceria entre a equipe pedagógica e parceria com as famílias devem ser discutidos seriamente.

O presente artigo busca uma visão alternativa da sala de aula e um outro ângulo da inclusão, objetivando gerar eficácia e uma nova versão da realidade de alunos e professores, além de, como norteador principal, trazer a importância do auxiliar de apoio escolar na educação infantil.

Com isso, este artigo tem como objetivo geral investigar a importância do papel do auxiliar de apoio escolar para a inclusão das crianças da educação infantil e como objetivos específicos, descrever o papel do auxiliar de apoio escolar; analisar a relação de parceria entre professor regente e auxiliar de apoio escolar; investigar, através de uma pequena amostragem, o quantitativo de crianças que possuem um auxiliar de apoio escolar em escolas públicas e particulares situadas na zona oeste da Cidade do Rio de Janeiro; apontar a diferença de atendimento, entre escolas públicas e particulares, em relação ao direito do aluno à mediação, buscando a visão de diferentes partes das instituições.

Então, durante o desenvolvimento deste artigo, retomamos a investigação citada durante os dois últimos objetivos específicos. Em que se trata de investigar, através de uma entrevista, o quantitativo de crianças que possuem um auxiliar de apoio escolar em escolas públicas e particulares em 3 escolas situadas na zona oeste da Cidade do Rio de Janeiro. Deste modo, através de uma pesquisa exploratória, de cunho bibliográfico, utilizou-se como instrumento de coleta de dados um questionário utilizando como ferramenta o *forms* para professores de educação infantil, com intuito de contabilizar, através de um gráfico, o quantitativo de auxiliares de apoio escolar x alunos incluídos dentro das unidades escolares, enfatizando a educação infantil, assim como a atuação desses profissionais e sua relação com os professores regentes (GIL, 2010).

Dentro dos objetivos, busca apontar a diferença de atendimento, entre escolas públicas e particulares, em relação ao direito do aluno à mediação, buscando a visão de diferentes partes das instituições. O estudo de caso foi empregado de forma tão vaga e abrangente para diferentes personalidades de várias escolas, mas uma pequena conversa com três auxiliares de apoio escolar com a vivência de ambas as redes, pública e particular, através da realidade dos profissionais, assim como, as experiências vividas com seus respectivos estudantes (GIL, 2010).

Deste modo, consegue-se observar e responder tais questões que são insinuadas neste artigo, com intuito de contabilizar e mostrar a realidade da mediação dentro das escolas, tanto públicas, quanto particulares e, assim, comparar tais resultados e descobrir se esse direito tem sido realmente aplicado de forma correta e o que ainda precisa melhorar na educação brasileira.

Sendo assim, este estudo suscita alguns questionamentos, tais como: Como um professor regente atua em conjunto com o auxiliar de apoio escolar? Em todos os casos existe parceria? O auxiliar de apoio escolar trabalha sozinho?

Neste caso, a questão problema a ser investigada foi: Até que ponto a parceria entre o professor regente e o auxiliar de apoio escolar possibilita a concretização da inclusão no âmbito escolar?

Não se tem certeza se as respostas encontradas serão de fato efetivas, mas, com certeza, um caminho se abrirá em busca de novas perspectivas no que se refere a verdadeira e efetiva inclusão.

Portanto, a relevância do presente artigo busca investigar o acompanhamento para os alunos incluídos dentro das escolas e em sala de aula, especificamente, durante a etapa da educação infantil. Sob esse viés, ressalta-se a tamanha importância da função desse auxiliar de apoio escolar e quais benefícios pode trazer para o aluno, contribuindo para sua evolução notória, além de ter um profissional com foco total em auxiliar e criar métodos específicos e adaptados para o estudante.

Através desse artigo, pode-se investigar a importância do acompanhamento do auxiliar de apoio escolar a um estudante na educação infantil público-alvo do ensino especial. Muitas pessoas perguntam qual a necessidade e se há função pedagógica ou somente deve se preocupar com o cuidar daquela criança. Muitas vezes, essa mediação vai depender de qual suporte esse aluno precisa, mas independente do ano de escolaridade ou faixa etária, o auxiliar de apoio escolar estará ali para trabalhar pedagogicamente com o discente.

O artigo poderá atingir, não só pessoas que buscam trabalhar na área, mas também, trazer informações para toda a comunidade escolar, todos os profissionais da educação, como professores que procuram entender como trabalhar em conjunto ao auxiliar de apoio escolar em sala, até mesmo a escola em como direcionar esse profissional, a família da criança em questão, que muitas vezes nem sabe do direito do seu filho ou tentar compreender como é feito esse trabalho dentro do processo escolar.

Assim, entende-se, parcialmente, o objetivo da inclusão, quem deve se adaptar para o aluno e como a escola e os profissionais devem estar preparados a realizar essa flexibilização para haver uma verdadeira inclusão

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A declaração de Salamanca traz fortes informações sobre a educação inclusiva,

Reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e reendossamos a Estrutura de Ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governo e organizações sejam guiados (1994, p. 1).

Já a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) informa o direito do estudante ao auxiliar de apoio escolar: “Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: **XVII** - oferta de profissionais de apoio escolar” (Lei nº 13.146, 2015, art. 28).

A palavra inclusão, vem do latim como “*includere*”, apresenta como significado, de acordo com Cury (2005, p. 4), “colocar algo ou alguém dentro de outro espaço”, ou seja, trazendo, então, a crítica de que o ato de incluir é trazer o outro para um novo âmbito, em que, geralmente, ele não está familiarizado ou, até mesmo, sente vontade de participar, mas acaba sendo privado pelos elementos já existentes no espaço. Porém, a inclusão citada neste artigo, traz um sentido mais específico, no qual a intenção é incluir os alunos no âmbito escolar e, assim, quando comprovado, exercerem do direito de serem acompanhados por um auxiliar de apoio escolar.

Maria Teresa Égler (2003, p. 16) afirma que, “Por tudo isso, a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral”.

Dessa forma, a comunidade escolar deve atentar-se a inclusão, não só como um meio de todos os alunos estudarem no ensino regular, mas buscar acolher todos aqueles que se sentem diferentes em algum sentido.

Sabe-se que, esse processo de inclusão, dentro das escolas, não pode ser realizado de forma individual, existe uma rede de apoio para esses estudantes, assim como foi visado que:

A inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade educação especial desde a educação infantil até o ensino superior; oferta de atendimento educacional especializado (...) (BRASIL, 2008, p. 14).

Assim, é necessário que haja uma reflexão dos profissionais de educação, sobre como agir com seus estudantes, investir numa formação continuada e que não só os professores, mas os auxiliares de apoio, coordenadores (profissionais que atuam diretamente com a inclusão), saibam como agir, tenham preparo adequado para acompanhar os discentes que necessitem de qualquer tipo de suporte. Costa (2010, p. 531) relata que,

A formação dos professores deve abranger o desenvolvimento de sua sensibilidade para que possam refletir sobre a própria prática docente e, assim, planejar de maneira flexível, articulando o ensino às demandas de aprendizagem dos alunos, considerando diversas possibilidades de educacionais.

No ano de 2023, foi criado e aprovado um projeto de lei na câmara municipal de Campo Limpo Paulista, que cita as atribuições do auxiliar de apoio, sendo elas:

O profissional de apoio escolar é a pessoa que auxilia nas atividades de alimentação, de higiene e de locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais for necessário, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídos as técnicas ou os procedimentos identificados como próprios de profissões legalmente estabelecidas (Projeto de Lei nº 4.050, 2023, art. .2).

Este profissional pode apresentar nomenclaturas diversas para o mesmo profissional: professor de apoio à inclusão, mediador escolar, atendente terapêutico, cuidador escolar. Na prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, este profissional é denominado Agente de Apoio à Educação Especial, que apresenta as seguintes atribuições, de acordo com o EDITAL SME N.º 48, DE 10 DE OUTUBRO DE 2023:

Como descrição primária, o objetivo é fornecer suporte nas atividades realizadas pelo Professor Regente e/ou Direção, a fim de garantir um ambiente físico e social adequado para a segurança, desenvolvimento e bem-estar dos alunos com deficiência. Esses alunos podem estar matriculados em turmas regulares ou em Classes ou Escolas Especiais da Rede Pública Municipal de Ensino do Rio de Janeiro. Como responsabilidades genéricas incluem manter-se atualizado sobre técnicas profissionais modernas; solicitar e manter os

suprimentos necessários à execução das atividades; zelar pela limpeza e higiene do ambiente e das instalações sob seus cuidados; monitorar o funcionamento de equipamentos, instrumentos e bens e solicitar reparos necessários para prevenir riscos e danos; promover o uso racional e econômico e a conservação de equipamentos, insumos e materiais didáticos relevantes para o trabalho; colaborar com o professor na observância das normas de segurança no atendimento aos alunos e na utilização de materiais, equipamentos e instrumentos no dia a dia; participar ativamente dos cuidados essenciais relacionados à alimentação, higiene pessoal, educação, cultura, recreação e lazer dos alunos; participar em programas de formação corresponsáveis. Como atribuições específicas, colaborar com o Professor Regente e/ou Direção quando da execução das atividades propostas aos alunos, interagindo com os demais profissionais da instituição; apoiar o processo de inclusão do aluno com deficiência; colaborar com o Professor Regente e/ou Direção no desenvolvimento das atividades previstas no projeto político pedagógico da unidade escolar; receber e acatar, criteriosamente, a orientação e as recomendações do Professor no trato e atendimento ao aluno; executar tarefas relativas à observação de registros e avaliação do comportamento e desenvolvimento infanto-juvenil, sob a orientação e supervisão do Professor Regente; disponibilizar os materiais pedagógicos a serem utilizados nas atividades desenvolvidas pelo Professor Regente; executar tarefas relativas à observação das alterações físicas e de comportamento; colaborar na execução de atividades que visem ao desestímulo da agressividade sob a orientação e supervisão do Professor Regente; colaborar com o estímulo à independência do aluno, em especial, no que tange aos hábitos alimentares, de acordo com as orientações dos técnicos responsáveis; responsabilizar-se pela alimentação direta dos alunos dos berçários; cuidar da higiene e do asseio dos alunos sob sua responsabilidade; acompanhar o aluno em atividades sociais e culturais programadas pela unidade; executar outros encargos semelhantes, pertinentes à função.

É possível concluir que, independentemente da nomenclatura do cargo, as atribuições giram em torno da assistência a estudantes com necessidades especiais, apoiando os professores na implementação de planos educacionais individualizados, colaborando com pais e cuidadores para garantir o sucesso dos alunos. Além da assistência no desenvolvimento de materiais e recursos educacionais, proporcionando e/ou adequando acomodações e modificações para estudantes com deficiência, monitorando o progresso dos alunos e fornecendo feedback aos professores e pais.

## **COMPREENDENDO A RELAÇÃO ENTRE PROFESSOR E AUXILIAR DE APOIO**

O presente artigo busca compreender e pautar como base principal o papel do auxiliar de apoio escolar, mas

faz-se também presente o objetivo da inclusão, a rotina desse auxiliar, pontos positivos e negativos da inclusão na educação e, por fim, apresentar dados e fatos de toda a pesquisa.

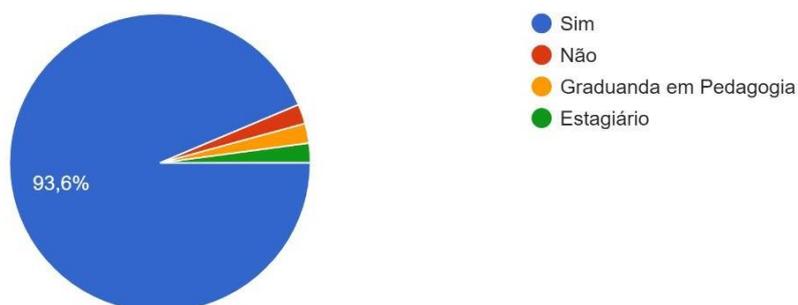
Com isso, dados e vivências, com foco nos objetivos específicos, serão apresentados, tais como: investigar o quantitativo de crianças que possuem um auxiliar de apoio escolar em escolas públicas e particulares situadas na zona oeste da Cidade do Rio de Janeiro; apontar a diferença de atendimento, entre escolas públicas e particulares, em relação ao direito do aluno à mediação, buscando a visão de diferentes partes das instituições.

A concretização da investigação do primeiro objetivo deu-se através de um questionário através da ferramenta *forms*, com perguntas variadas sobre a atuação do auxiliar de apoio escolar e a inclusão em escolas públicas e particulares situadas no Rio de Janeiro, com o intuito de demonstrar como funciona a inclusão na educação e as diferenças entre as duas redes.

Foram aplicadas as seguintes questões com um total de 47 respondentes

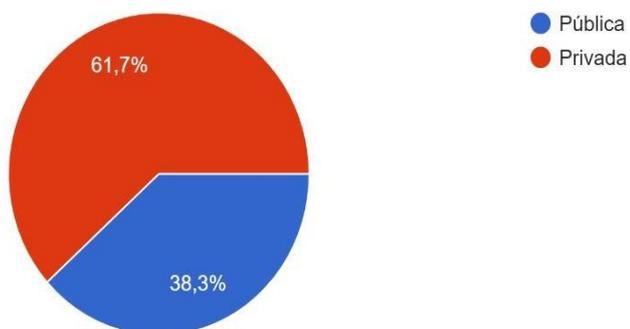
#### Você é profissional da educação?

47 respostas



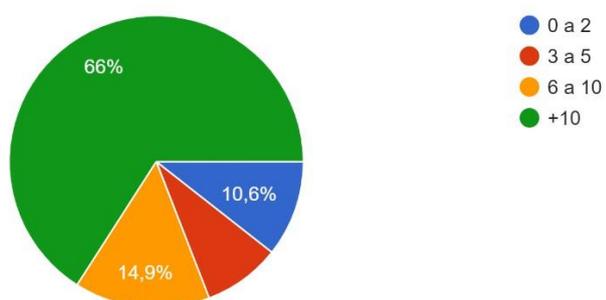
### Atua em instituição pública ou privada?

47 respostas



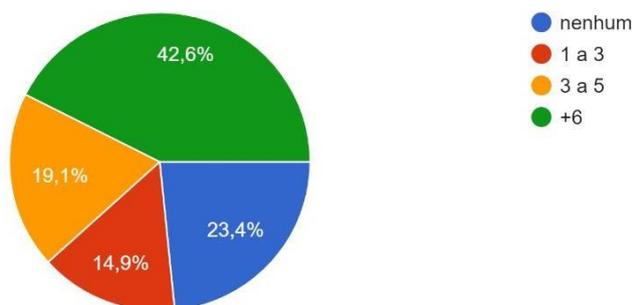
### Qual o quantitativo de crianças de inclusão na instituição em que você trabalha?

47 respostas



## Quantas dessas crianças são acompanhadas pelo auxiliar de apoio escolar (mediador)?

47 respostas



A partir deste último gráfico, é possível observar que muitas crianças não adquirem o acesso ao auxiliar de apoio escolar e nem recebem o direito do acompanhamento do profissional, visando o fato do maior número de profissionais responderem atuarem na instituição privada, é possível que esse número de estudantes sem auxiliar de apoio, seja ainda maior na rede pública.

Para as perguntas cujas respostas são discursivas, destacam-se algumas respostas que sanam as dúvidas presentes neste artigo:

Quanto a percepção da importância desse profissional na evolução do aluno, destacamos as seguintes respostas: “É de grande importância para a organização do estudante e na realização de tarefas organizadas pelo professor regente que o apoia na execução de cada uma. Sem a auxiliar de apoio nós não conseguimos dar conta da demanda da sala de aula e mais a demanda dos estudantes de inclusão (sic)”.

Também ressaltamos a seguinte resposta: “A importância desse profissional é 100%, visto que em uma sala cheia, o professor não consegue fazer a inclusão adequada para esse aluno, o que prejudica na sua evolução. Fica por conta da auxiliar esse suporte necessário e mais próximo” (sic).

Um terceiro respondente afirmou que:

A auxiliar de apoio desenvolve um papel muito importante e significativo no contexto escolar. É a profissional que intermediará práticas que estimulem a autonomia, contexto social, aprendizagem, autoestima, e a capacidade do estudante NEE se desenvolver. Através de intervenções e adaptações curriculares respeitando as potencialidades de cada um, a auxiliar de apoio pode ajudar no desenvolvimento do estudante em sua totalidade (sic).

Um quarto respondente destacou que, “por exemplo, atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessário, em todos os níveis e modalidades de ensino” (sic).

A partir destas e de outras respostas, é possível perceber que o auxiliar de apoio se faz necessário, independentemente da idade da criança, é preciso alguém para acompanhá-la, incentivá-la e participar de momentos em que o professor regente, sozinho, não seria capaz de dar o suporte necessário a esse aluno, seja um estudante que

demande de forma física, intelectual ou simplesmente de necessidades higiênicas, o auxiliar de apoio trabalha, através do olhar individualizado ao estudante, ocupa o papel de facilitador da aprendizagem.

Também foi questionado como o respondente observava a relação entre professor e auxiliar de apoio escolar, destacando, abaixo, algumas repostas.

Um respondente destacou que, “São dois profissionais da educação que precisam andar em conjunto, pois sem essa relação, o aluno é prejudicado” (sic). Já outro ressaltou que, O professor e a auxiliar de apoio precisam estabelecer uma relação de parceria e confiança em prol do desenvolvimento do aluno. Por mais que essa relação tenha obtido avanços, ainda observa-se comportamentos desafiadores nesse sentido (sic).

Um terceiro respondente evidenciou que, “Dependendo do professor é uma relação de parceira e de muita troca. Mas a grande maioria faz com que o auxiliar seja o único responsável pela criança com deficiência” (sic).

Um quarto respondente foi enfático e afirmou que: “Tal pergunta é extremamente relativa, entretanto observo a partir de minhas experiências que existem muitos professores que tem grande dificuldade de alinhar as necessidades do aluno de inclusão com a auxiliar de apoio, entretanto existem muitos docentes que fazem um trabalho em conjunto e alinhado com a auxiliar de apoio (sic)”.

Deste modo, a partir destas respostas, observa-se que a relação precisa ser de parceria entre os profissionais, com foco total no estudante, é preciso que ambos conheçam e acompanhem de perto o estudante de inclusão, para juntos, pensar em estratégias e maneiras de atender as necessidades do aluno e, assim, alcançar o sucesso da criança.

Para apontar a diferença de atendimento entre escolas públicas e particulares, em relação ao direito do aluno a mediação, buscando a visão de diferentes partes das instituições, foram entrevistados três profissionais, sendo dois da rede pública do município do Rio de Janeiro e um de uma escola da rede particular, todos atuando em unidades escolares situadas na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. Optou-se por uma conversa mais intimista com cada um desses profissionais sobre a vivência nas redes em que atuam, a realidade profissional e as experiências vividas com seus respectivos estudantes.

Sendo assim, torna-se possível observar e responder os questionamentos insinuados neste artigo, com intuito de contabilizar e mostrar a realidade da mediação dentro das escolas, tanto públicas, quanto particulares e, assim, comparar tais resultados e descobrir se esse direito tem sido realmente aplicado de forma correta e, tomando por amostragem, o que ainda precisa melhorar na educação brasileira no que diz respeito à inclusão.

O nome das entrevistadas será omitido para garantir anonimato das profissionais, sendo substituído por cores: Azul, Verde e Amarelo.

Quando questionado sobre o quantitativo de crianças atendidas e o perfil desses estudantes (idade, série, laudo), a entrevistada Azul respondeu que atende 2 crianças do sexo masculino com idade de 5 anos cursando a pré-escola. Os dois estão dentro do Espectro Autista, nível 2 e 3 de suporte” (sic).

As entrevistadas Verde e Amarelo atendem em torno de 3 a 9 crianças dentro do Espectro Autista, Síndrome de Down, Deficiência intelectual e hiperatividade.

Sendo assim, quanto às crianças atendidas, é possível ver uma variedade de laudos e alunos incluídos que têm direito e a necessidade do acompanhamento do auxiliar de apoio escolar, além das idades variadas, incluindo crianças

da educação infantil, que acabam tendo uma maior dependência do profissional, pois estão no início do processo de desenvolvimento pessoal, social e escolar.

Quanto as suas atribuições com seus alunos para o atendimento dos alunos, a entrevistada Azul respondeu que é “responsável por aplicar as metodologias da ciência ABA na escola e em casa” (sic).

Já a entrevistada Verde destacou que, “Em relação as minhas atribuições, devo auxiliar a criança em sala, para que realize as atividades. Por vezes as atribuições são outras, a depender de cada caso” (sic).

E a entrevistada Amarelo afirmou “auxiliar nas atividades em sala de aula, acompanhar em toda UE, auxiliar no banheiro, nas aulas de Ed. Física. Se for necessário os que usam fraldas, temos que realizar a higienização” (sic).

Neste caso, quanto às atribuições, observa-se que varia de atividades realizadas dentro e fora de sala de aula e não somente ligadas ao cognitivo, mas sim, em auxiliar o aluno de acordo com suas especificidades.

Arguiu-se, também, se poderiam citar as principais diferenças entre os alunos por elas atendidos e a entrevistada azul ressaltou que, “Um é nível 2 de suporte, verbal e possui seletividade alimentar severa. O outro é nível 3 de suporte, não verbal e possui compulsão alimentar” (sic).

As entrevistadas Verde e Amarelo também informaram seletividade alimentar, que os alunos são verbais e não-verbais, além desorganização constante, hiper focos e atividades adaptadas.

Quanto as diferenças destacadas, é possível afirmar que cada criança é única e apresenta variadas características, por mais que sejam laudados dentro do espectro autista, existem diferenças entre seus pontos fortes e dificuldades, trazendo diferentes tipos de métodos utilizados para o melhor desenvolvimento do aluno.

Quanto a diferença de atendimento aos alunos público-alvo do ensino especial em relação a rede de ensino que estudam (pública x privada), todas as entrevistadas acreditam que há diferença, seja na estrutura, quantidade de profissionais especializados na instituição e a quantidade de estudantes de inclusão em sala de aula. Deste modo, é provável que a desigualdade seja o principal fator para essa diferenciação entre as redes, ambas as redes possuem despreparo para o atendimento dos alunos, a inclusão ainda é algo a ser alcançado e está caminhando, mas é necessário que a escola se adapte ao estudante e não o contrário. Dependendo da situação da instituição, o processo pode ser mais lento e na rede pública existe uma maior quantidade de alunos que não possui um auxiliar de apoio escolar ou apenas um que atenda toda a instituição, podendo prejudicar os estudantes.

Quanto a estrutura e apoio dos colégios para recebimentos dos estudantes, a entrevistada Azul respondeu que:

Não, as redes públicas e privadas não estão preparadas para receberem alunos com necessidades especiais e em sua maioria não são inclusivas. As escolas não possuem e não investem em formação continuada para seus colaboradores nessa área, não realizam o plano de ensino individualizado e não investem em estrutura adequada para receber estes alunos (sic).

As entrevistadas Verde e Amarelo partilham de opiniões próximas a da entrevistada Azul. E essas afirmações são muito preocupantes, visto que a inclusão precisa caminhar junto a demanda de estudantes, o número de crianças laudadas nas escolas vem aumentando e as escolas precisam adaptá-las para atendê-los da melhor maneira possível.

Quando questionadas se trabalham em conjunto com o professor, a entrevistada Azul respondeu que:

Nem sempre acontece do trabalho com o professor em sala ser em conjunto por falta de preparo do profissional de educação para receber as crianças com alguma necessidade especial. Por vezes, não adaptam as atividades e não exercem uma inclusão verdadeira. Em específico, nesse ano de 2024 estou trabalhando com uma professora inclusiva e conseguindo realizar um trabalho em conjunto e satisfatório para o melhor desenvolvimento do meu paciente (sic).

Já a entrevistada verde destacou que:

O trabalho é realizado em conjunto com alguns professores, outros, ainda estão caminhando para entender o que fazer com estes alunos em sala. Entretanto, percebe-se que estão tentando a todo custo oferecer um atendimento a essas crianças. O atendimento por vezes fica a meu cargo e por vezes o professor consegue sentar ao lado e observar mais de perto o desenvolvimento do aluno durante as atividades. Depende do dia, depende do clima escolar do dia (sic).

A entrevistada Amarelo não respondeu esta pergunta.

Analisando estas respostas, retoma-se a relação de parceria entre professor regente e auxiliar de apoio escolar, que se faz necessária para o sucesso do aluno, como foi relatado, quando essa relação existe, o trabalho é positivo e o aluno alcança mais que o esperado, é preciso que ambos os profissionais realizem a formação continuada, de modo que compreendam seus estudantes e possam efetivamente auxiliá-los.

Por fim, a última pergunta solicitava que descrevessem sua experiência com crianças público-alvo do ensino especial e como isso impactava na sua vida e na deles. A entrevistada Azul afirmou ser “muito realizada por trabalhar como assistente terapêutica e poder ajudar no desenvolvimento e aprendizagem de crianças com autismo e favorecer uma inclusão pedagógica e social” (sic).

Já a entrevista Verde destacou que:

A minha experiência com crianças de inclusão vem desde a graduação nos estágios. Embora tenha experiência, há casos que sempre nos desafiam. Os casos atuais que venho observando, depositam na escola pública e na dimensão pedagógica a resolução de certas questões que devem ser resolvidas no exterior da escola. Os impactos ao trabalhar com inclusão são muitos. Positivamente posso dizer que sinto que me humanizo todos os dias ao atender essas crianças e ao mesmo tempo, minha saúde mental vem sofrendo bastante com o desgaste diária no atendimento a essas crianças. São frequentes as crises de ansiedade (sic).

E a entrevistada Amarelo ressaltou que tem:

aprendido a ter empatia desde o ano de 2023 onde tive um aluno de 8 anos totalmente severo, porém foi de grande aprendizado, ele me ensinou a compreendê-lo, a respeitar o seu momento e seu tempo, e hoje eu continuo aprendendo pois todos eles são específicos, cada um tem seu tempo, seu limite e isso nos faz aprender, para depois ensinar e ajudar os incluídos a serem respeitados, aceitos e vistos como integrantes de uma sociedade. Devem

sim ser tratados com diferença, porém com respeito e amor (sic).

Tendo como base as respostas acima, compreendemos que a inclusão está em desenvolvimento e ainda há muito o que avançar. É um processo transformador por quem passa por ela, apresenta dificuldades e desafios, os profissionais precisam ter preparo para atuar na área, afinal, demanda esforço dos envolvidos, porém, por mais difícil e cansativo, o fim do processo é gratificante.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, é possível compreender diferentes questões presentes no seguinte artigo, a importância do auxiliar de apoio escolar foi definitivamente comprovada e observada como essencial, o papel do auxiliar é estar presente ativamente na vida do estudante, conhecê-lo, incentivá-lo, participar do verdadeiro processo de inclusão do aluno, seja no sentido social ou pedagógico, como foi citado nas atribuições do auxiliar de apoio durante a fundamentação teórica (Projeto de Lei nº 4.050, 2023, art. 2 e no EDITAL SME N.º 48, DE 10 DE OUTUBRO DE 2023). É dever do mesmo participar das adaptações necessárias na vida do estudante, auxiliá-lo em todos os momentos em que o estudante precisar durante a vida escolar, acompanhá-lo e estar presente como um facilitador de sua aprendizagem. Porém, sempre buscando o máximo de autonomia do estudante. O auxiliar de apoio é quem dará suporte ao aluno e será o principal incentivador da verdadeira inclusão desse estudante, para que ele esteja preparado para a vida social e pedagógica, através da equidade e empatia que lhe é direito básico.

Após as seguintes observações, a relação entre professor e auxiliar de apoio é visada como uma parceria em prol ao sucesso da vida escolar do estudante de inclusão, ambos devem caminhar juntos e traçar objetivos para incluir e adequar o processo de ensino e aprendizagem do aluno. Principalmente na educação infantil, em que todas as crianças estão em processo de desenvolvimento e os alunos incluídos deste grupamento de ensino necessitam de um olhar diferenciado nesse momento. Cabe ao docente preparar um Plano Educacional Individualizado (PEI) para o aluno e o auxiliar assessorar a execução. Professor e auxiliar precisam realizar trocas sobre o que é melhor para o aluno e, através desse olhar, também individualizando, adaptar o que for preciso para a construção do conhecimento do aluno e uma evolução eficaz.

Porém, infelizmente, nem todos entendem o verdadeiro papel do auxiliar de apoio escolar e esse processo acaba sendo depositado somente nele, caso não haja essa troca, torna-se algo prejudicial à vida do discente, não só o professor, mas também a coordenação da instituição e a família são os principais pilares para formar esse estudante. O auxiliar não está em sala de aula somente para olhar e cuidar do aluno, como foi constatado na maioria das respostas obtidas, ele precisa ser um profissional qualificado que participe em conjunto com o docente para acompanhar o aluno e contribuir na formação e desenvolvimento.

Inclusive, essa relação foi pontuada e comentada pelos profissionais participantes do questionário no *forms* deste artigo e nas entrevistas realizadas: é imprescindível que a educação brasileira passe a valorizar o papel do auxiliar de apoio escolar nas escolas e na vida das crianças de inclusão.

O número de alunos público-alvo do ensino especial nas unidades escolares vem crescendo cada vez mais, mas

nem todas as instituições estão preparadas para receber esses alunos. As redes públicas e privadas não estão sendo capazes de oferecer um auxiliar de apoio escolar para todos os estudantes inclusivos matriculados, apesar de ser um direito do aluno de acordo com o art. 28 da Lei nº 13.146/2015. Entretanto, não tem funcionado de maneira eficaz. Muitos pais nem sequer tem conhecimento do direito do estudante e, sem o auxiliar, a vida escolar do aluno é prejudicada. Algumas escolas oferecem o auxiliar de apoio para os estudantes, em outros casos, os pais têm a opção de contratar por conta própria, mesmo assim, muitos estudantes não têm acesso ao auxiliar de apoio escolar.

Durante a pesquisa, foi pontuado um quantitativo de 66%, ou seja, que há mais de 10 crianças público-alvo do ensino especial nas instituições apontadas pelos respondentes, em que 42,6%, mais de 6 dessas crianças possuem o auxiliar de apoio escolar, um número muito aquém no que se espera para um atendimento efetivo, o que acaba não tendo o suporte do auxiliar de apoio. Portanto, como mencionado no artigo, é possível concluir que a inclusão é um processo longo e que está em desenvolvimento, a sociedade, numa totalidade, está entendendo como funciona esse processo e o mesmo ocorre nas escolas, prejudicando em parte os estudantes incluídos.

Sob essa ótica, observa-se a necessidade dos direitos das pessoas com deficiência e que é preciso que saia do papel e seja colocado em prática, assim como o direito ao auxiliar de apoio escolar, que foi comprovado o quanto contribui no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes de inclusão. A inclusão faz-se necessária, a comunidade escolar deve estar ativa durante esse processo, a conscientização é a chave.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de Julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 07 jul. 2015. Seção 1, p. 1.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

\_\_\_\_\_. Projeto de Lei nº 4050, art. 2, 6 de novembro de 2023. Câmara dos deputados. Brasília, DF, 06 jul. 2023. Seção 1, p. 2.

COSTA, V. A. Políticas públicas e educação: Formação de professores e inclusão. Brasil. In: CÚPICH, Z. J. LÓPEZ, S. L. V. CÓRDOVA, J. de los S. L. (Org.). Sujeito, Educação Especial e integração. Cidade de México, DF: Editora de Universidade Nacional Autónoma de México, 2010.

CURY, Carlos R. POLÍTICAS INCLUSIVAS E COMPENSATÓRIAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA. 2005. 32 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica e Faculdade de Educação) – UFMG, Minas Gerais, 2005.

ÉGLER, Maria T. INCLUSÃO ESCOLAR. O que é? Por quê? Como fazer? 1. São Paulo. Ed. Moderna, 2003.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.